

A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM LUIZ PEREIRA – intelectuais e padrões de cientificidade entre as décadas dos anos de 1950 e 1960

Núbia Ferreira Ribeiro
Universidade Federal de Goiás
nubiafribeiro@hotmail.com

Resumo

Essa pesquisa analisou o trabalho de Luiz Pereira como cientista social que definiu a escola como objeto da sociologia. Desde a década de 1950 até os anos da ditadura militar o cenário político e também acadêmico foi ocupado com intensos debates sobre o tema “desenvolvimento econômico e a escolarização como fator para a mudança social”. Políticos e intelectuais brasileiros lutavam por definir a “forma” do nosso desenvolvimento e através desse processo os sociólogos indicaram uma nova política como decorrência de serem, então, considerados aptos a oferecer respostas para crescentes problemas sociais. Quanto mais o tecido social brasileiro se tornava complexo, mais o conhecimento sociológico era considerado adequado para resolver problemas, identificando caminhos para um novo mundo. Essa situação favorável trouxe para a cena o trabalho de Luiz Pereira que se dedicou inicialmente a investigar a escola em áreas metropolitanas e, posteriormente, os meios de formação da nascente classe operária no Brasil. Como seguidor de Florestan Fernandes, Luiz Pereira construiu um espaço acadêmico próprio. Considerou a escola como tema sociológico por excelência, logo após juntou aos seus primeiros estudos o repertório marxista realizando, conseqüentemente, um trabalho profícuo no campo da sociologia de modo a fazer sua pesquisa reconhecida como fundamental para os nossos atuais estudos sobre desenvolvimento, trabalho e educação.

Palavras-chave: Luiz Pereira; Intelectuais Brasileiros; CRPE/CBPE; Escola.

1 - Canteiro de Obra* - requisitos e instrumentos para a construção do próprio lugar

As décadas dos anos de 1950 e 1960 proporcionaram muitos encontros geracionais no campo intelectual e muita efervescência no campo político. Foi um período em que fazer ciência social equivalia a “pensar o Brasil”, dar expressão própria ao País, tarefa colocada em disputa por todos naquele momento. Um período em que as

* Walter Benjamin utiliza esse título em um texto que trata da fabricação de material educativo para crianças. Cf. Benjamin, Walter. Rua de Mão Única. Tradução: Rubens Rodrigues Torres. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Obras Escolhidas.

divergências teóricas, metodológicas e interpretativas tinham uma espécie de “tema agregador”, a saber, como superar o atraso econômico, cultural e social do País.

Luiz Pereira encontrou na escola pública o lugar para começar sua investigação sobre a questão da resistência do atraso material e social do País. Viu na racionalização das ações dos agentes da escola o caminho mais provável para a efetivação da mudança na estrutura interna da escola, esta, que do seu ponto de vista, era “um subsistema peculiar” que, na origem, é parte de um “esforço do Estado moderno para a racionalização das relações sociais”.

Da escola em que estudou e do círculo Florestan Fernandes, Luiz Pereira herdou a crença de que é possível mudar o país por meio de ações de convencimento, por meio de transformações na e da consciência de si. O movimento inicial nesse sentido é o de conhecer em profundidade a realidade social que se pretende transformar. Saber por que estruturas tradicionais da e na organização social brasileira resistiam ao tempo e às pressões do mundo moderno urbano e industrial.

Nesse sentido, a escola é considerada como o lugar social capaz de promover, de modo racional, encontros geracionais e de pessoas que participam de modo diferenciado na vida urbano-industrial, gerando conflitos e tensões que devem ser considerados como fatores que explicam as deficiências e os avanços no meio educacional e o maior ou menor envolvimento com a cultura cidadina.

O ponto de partida para a compreensão das escolhas investigativas do autor são os textos *Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro* (1959) e *A escola numa Área Metropolitana* (1967), ambos fundamentais no conjunto de trabalhos que Luiz Pereira dedicou à educação, porque oferece pistas sobre os temas com os quais se ocupará até o fim de sua trajetória intelectual.

Ao examinarmos os textos de Luiz Pereira que discutem a educação escolar e o magistério primário como profissão urbana, moderna e basicamente feminina, percebemos como o autor já em meados do Século XX preocupava-se com formação profissional e com o lugar ocupado pela mulher em um mercado de trabalho que se modernizava exigindo maior qualificação tanto para o recrutamento quanto para a permanência em determinados cargos. Ao longo desses trabalhos é possível perceber

também como o autor superou suas primeiras crenças e incorporou elementos teóricos e metodológicos da sociologia em seus escritos sobre educação escolar.

Tomaremos como mais um elemento para conhecer a trajetória de Luiz Pereira o grupo social e cultural do qual participava, pois como ele próprio indicou em seus trabalhos sobre a escola, o conhecimento da dinâmica interna de um grupo social específico revela que tipo de sociabilidade esse grupo é capaz de produzir e como essa sociabilidade interfere no seu funcionamento, organização etc. Segundo Freitas (1998, p. 33), em seu estudo sobre Álvaro Vieira Pinto, de “(...) descobrir a produção da idéia em sua circunstância primeira, no ato em que se dispõe a representar a realidade”, pode contribuir para uma compreensão mais clara sobre a organização do trabalho na escola

Ao longo de sua formação acadêmica Luiz Pereira compartilhou com o grupo da FFCL/USP, liderado por Florestan Fernandes, as idéias e os valores sobre os aspectos que diferenciam o sistema científico de outras manifestações da cultura e sobre o papel das ciências sociais na busca da verdade, aproximação que lhe rendeu, em 1955, mesmo ano em que concluiu o curso de Pedagogia, a indicação para compor o quadro de pesquisadores do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo – CRPE –, originado no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE. Este último era o órgão responsável pela implantação e viabilização do programa “Processos de Urbanização e Industrialização do Brasil”, que aglutinava pesquisas com o objetivo de revelar a situação do Brasil no processo de industrialização, desenvolvimento e modernização. Por meio desses trabalhos pretendiam reunir elementos que auxiliassem o desenvolvimento de um projeto de planificação racional da ação política, de modo a facilitar uma reestruturação na educação brasileira em bases modernas, isto é, em bases racionais. Objetivos que estiveram presentes em toda a trajetória intelectual de Luiz Pereira.

Os primeiros trabalhos de Luiz Pereira estiveram vinculados tanto às pesquisas desenvolvidas pelo CRPE quanto às suas atividades de pós-graduação. Entre 1958 e 1960, sob a orientação de Florestan Fernandes, realizou seus estudos de mestrado e doutorado que foram dedicados à problemática da educação em sentido mais amplo que o puramente pedagógico, segundo observação do próprio Luiz Pereira. Investigou a estrutura e o funcionamento interno da escola, com o objetivo de encontrar um ponto de convergência entre a “focalização restrita empregada pelos educadores”

para o conhecimento dos problemas em que estão envolvidos e o interesse dos sociólogos e antropólogos que davam maior ênfase às estruturas comunitárias mais globais e não especificamente às relações entre os agentes da educação formal e outros aspectos da vida social da comunidade selecionada.

Em *A Escola numa Área Metropolitana – crise e racionalização de uma empresa pública de serviços* (1967), Luiz Pereira procede a um minucioso estudo sobre o funcionamento de uma escola na periferia do município de São Paulo, dando ênfase às práticas internas e interferências externas que revelassem tanto características conservadoras quanto modernas nas relações entre seus membros – professores, alunos, diretor e funcionários – e os membros da comunidade, referindo-se às pessoas que habitavam a área que a escola servia. Para Luiz Pereira, esse trabalho se constituiu em um “documento diagnóstico sociológico sobre o estado crítico de um ramo da empresa pública de serviços, [com o objetivo de] conhecer os fatores e conseqüências sócio-culturais do atraso [brasileiro] na esfera da educação [e de] colocar os conhecimentos fornecidos pelas ciências a serviço da solução dos problemas da educação”. (p.14-17).

Essa sinopse dá-nos uma breve noção sobre o conteúdo explícito desse trabalho, entretanto uma análise mais profunda pode nos revelar preocupações e filiações teórico-metodológicas que acompanharão Pereira ao longo de sua trajetória acadêmica e científica. Dentre elas, é fundamental a sua preocupação com a racionalização das ações dos agentes nos serviços públicos e em outras práticas sociais. Resta-nos um exame mais detalhado para que possamos compreender o sentido do conceito de racionalidade no pensamento de Pereira.

No segundo trabalho dedicado à problemática educacional, “O Magistério Primário Numa Sociedade de Classes: estudo de uma ocupação em São Paulo” (1967), Luiz Pereira apresenta como principal objetivo de sua pesquisa “o conhecimento sociológico de uma categoria profissional (...) desempenhada predominantemente por pessoas do sexo feminino, [ou], (...) como uma das categorias profissionais pelas quais se processa a participação da mulher na população economicamente ativa”. (p.11). Nessa pesquisa Pereira se refere ao tema “mulher e trabalho” e não ao funcionamento da escola, segundo sua própria indicação. O autor entende que é relevante observar que as situações de trabalho das quais se ocupou na pesquisa ocorrem no interior dos estabelecimentos de ensino primário da rede estadual de ensino. Além disso, é também

no sistema escolar que ocorrem tanto a formação quanto o desenvolvimento da carreira profissional dessa categoria.

Esse é um trabalho por meio do qual Luiz Pereira analisou criteriosamente uma ocupação moderna e urbana para nela observar a presença do atraso diagnosticado pela acomodação de tendências conservadoras que moldavam os discursos desses profissionais. Essa mesma preocupação está presente no trabalho anterior sobre a organização da escola. Aliás, o binômio atraso e moderno era freqüente nos argumentos apresentados nos trabalhos sobre desenvolvimento no Brasil.

Nessa busca para renovar os padrões científicos de interpretação da escola, Luiz Pereira identificou um processo de sociologização do pensamento educacional brasileiro, isto é, segundo Pereira, com o intuito de resolver os problemas educacionais havia entre os educadores uma tendência de criar um processo de superposição de ideários, ou seja, “(...) o estilo de pensamento dos cientistas sociais pôs em decadência o estilo de pensamento dos educadores”. Entendia esse deslocamento como um problema que deveria ser solucionado pelos dois campos, de modo a restabelecer o lugar dos educadores e dos cientistas sociais. Para ele, seria necessário redefinir as tarefas intelectuais de cada grupo, de modo que os professores ao invés de evidenciarem os problemas e fatores externos à educação escolar, deveriam se concentrar na tarefa de conhecer o grau de potencialidade dinâmica da educação escolar para se confrontar com outros setores sociais. Certamente essa preocupação de Pereira deve ser observada à luz de sua compreensão sobre ciências sociais ou mais amplamente, sobre como via a divisão do trabalho no interior do campo intelectual.

A partir de meados da década de 1960, Luiz Pereira dedicou-se aos estudos sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem abandonar a questão educacional, principalmente aquelas ligadas à educação escolar, que para ele era, “(...) uma técnica social suscetível de graus diversos de racionalidade funcional na promoção do desenvolvimento, (...)”. Faz clara referência ao pensamento de Mannheim sobre técnicas sociais, ou seja, sobre os diferentes métodos utilizados pela sociedade moderna para moldar o comportamento humano às suas necessidades ou aos seus padrões de interação e organização social.

Ao analisarmos e interpretarmos os escritos sobre escola, ensino e magistério, deixados por Luiz Pereira percebemos que o problema da educação escolar foi tratado por ele, desde o início, como manifestação de uma cultura moderna e urbana e, por isso mesmo, diferente e em permanente conflito com as chamadas formas mais rudimentares de educação. E é justamente por meio do tipo de tratamento metodológico dado às temáticas ligadas aos problemas educacionais que Pereira compôs novos vetores de investigação, isto é, aprofundou seus estudos sobre capitalismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento temas muito debatidos nos anos das décadas de 1950 e 1960.

Nesse cenário de muitos encontros, no qual a problemática que unia e rivalizava diferentes grupos intelectuais era a questão do desenvolvimento, a relação entre educação e desenvolvimento econômico-social passa a ter maior relevância por ser uma esfera da vida social fundamental para a organização de um tipo de sociedade ou para explicar determinada sociedade. Pode-se dizer que dentre os intelectuais mais preocupados com a questão educacional no Brasil destacou-se Anísio Teixeira que além de ter uma visão ampla do sistema escolar brasileiro, daquele período, pensava que era possível ajustar esse sistema escolar às demandas que eram necessárias para o desenvolvimento brasileiro. Segundo Foracchi e Pereira, (1969: 361) para Anísio Teixeira

(...) a democratização da cultura letrada (científica e tecnológica) e a escolarização como fator de fluidez do sistema estratificatório inclusivo aparecem como requisitos que devem ser levados em conta na reformulação das diretrizes educacionais brasileiras.

É importante ressaltar que o tipo de democratização da cultura defendida por Anísio Teixeira, encontrava-se contemplado no Projeto de Lei que deveria se tornar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, projeto derrotado posteriormente.

O peculiar universo social no qual os intelectuais desempenham suas atividades em determinada situação expressam tanto fatores políticos e ideológicos que conformaram aquele universo social quanto os jogos de poder que, na internalidade do campo, indicam as disputas sobre o modo legítimo de produzir conhecimento e, conseqüentemente, o modo como o grupo e cada um no grupo construirá o seu próprio lugar no campo, ou seja, sua carreira, sociabilidade etc. Para Konder:

a divergência ou concordância em torno das questões que mobilizam e preocupam os intelectuais não dependem apenas da diversidade de experiências particulares de uma história vivida em espaços específicos e distintos, mas dependem das opções filosóficas, das posições teórico-políticas, da escala de valores, da inserção social de quem formula as idéias. (...) A reação do intelectual diante da dinâmica social revela quais normas e princípios fundamentam a sua decisão sobre o que deve ser alterado e o que deve ser conservado. Em outras palavras, saber como o intelectual trabalha ou como opera a realidade por meio dos seus questionamentos, diagnósticos, revisão conceitual, revela muito sobre como o intelectual vê o seu tempo e explica suas afinidades. (Konder, 2001:358):

De acordo com Gramsci, (2000:15-9), os intelectuais são uma categoria social definida por sua função ideológica, ou seja, pela relação que estabelece com a superestrutura ideológica. Gramsci argumenta que o intelectual se define pela função que exerce na sociedade, isto é, que são eles criadores e os organizadores de uma cultura capaz de favorecer a expansão de uma classe social. Segundo Gramsci, quanto mais desenvolvido for o mundo da produção direta, mais profundo e amplo será de um lado, o desenvolvimento intelectual de cada indivíduo e de outro, a variedade de especializações e funções dos intelectuais. Acrescenta que a sociedade capitalista ao longo de todo o período de sua formação promoveu enorme desenvolvimento na atividade e organização escolar (em sentido lato), o que resultou na criação de instituições escolares de graus diversos e na promoção de organismos destinados a criar a “alta cultura” em todos os campos da ciência e da técnica. Para Gramsci, “a complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade de escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a ‘área escolar’ e, quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização de um determinado Estado”.

Nesse exame histórico da cultura e da história da ciência política, Gramsci considera que a exploração sobre a conexão mais ou menos estreita que os intelectuais mantêm com um grupo social fundamental é de primordial importância para se compreender como essa categoria exerce sua função junto à sociedade civil e ao Estado. Para o autor, “estas funções são precisamente organizativas e conectivas”.

Os pontos levantados por Gramsci para uma análise sobre o lugar social do intelectual nos ajudam a compreender porque diferentes grupos de intelectuais, estabelecidos nas décadas de 1950 e 1960, se encontraram com o objetivo de organizar um projeto social para o Brasil. Trabalharam em torno de temas que pudessem

desvendar o impacto do capitalismo industrial em uma formação social originariamente agrária, ou seja, como enfrentar a industrialização e a modernização e seus opostos, o rural e o arcaico, assim como: desenvolvimento e subdesenvolvimento; alta cultura e cultura popular; burocracia e voluntarismo; disciplina e espontaneísmo; tecnologia e artesanato e principalmente, a racionalização das ações sociais.

Isso implicou escolhas que ligaram os grupos de intelectuais ao Estado, com maior ou menor grau de liberdade para a produção de seus trabalhos dependendo, principalmente, do lugar onde fixavam suas bases de produção.

Por esse motivo, para obtermos um grau maior de visibilidade sobre a função dos intelectuais em uma determinada sociedade é também fundamental que conheçamos, mais de perto, as peculiaridades desse campo, isto é, as particularidades do lugar onde os intelectuais fixam suas bases de produção. Analisá-lo por dentro, de modo a compreender as relações internas de poder que dinamizam a estrutura e o funcionamento do campo. No caso brasileiro trata-se de apreender o campo intelectual após o ano de 1950 para além das “grades do desenvolvimentismo”, mas não sem ele de modo a compreender a ascensão da Sociologia no País como a ciência capaz de explicar as mudanças sociais ocorridas com o avanço da industrialização e suas conseqüências.

Segundo Bourdieu, (2004:206), “é, sobretudo através das problemáticas obrigatórias nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época podendo-se situá-lo e datá-lo. [Nesse sentido] (...) poder-se-ia determinar áreas e gerações de intelectuais e culturais através de um levantamento dos conjuntos de questões obrigatórias que definem o campo cultural de uma época.” Na mesma nota, Bourdieu explica que é imprescindível que sejam também observadas as divergências e os desacordos entre os intelectuais, uma vez que essa rivalidade os une em torno das questões importantes da época, torna-os cúmplices de um tempo e é por meio desses conflitos que os intelectuais organizam certos aspectos de seu pensamento e por eles se orientam. Para esse autor, é fundamental compreendermos os esquemas que organizam o pensamento de uma época. Ou seja, com quem o intelectual dialoga no passado e no presente e a quem destina o seu legado.

O campo de ação sociológica no qual despontou Luiz Pereira deve ser entendido como um campo no qual seus expoentes fizeram questão de divulgar a

“boa e correta forma” de se fazer Sociologia e, ao mesmo tempo, “denunciar” os métodos “arcaicos” usados para se pensar o arcaísmo da sociedade. Luiz Pereira divulgou por meio de seus estudos sobre as particularidades do funcionamento da escola e sobre a profissionalização das professoras o que entendia como correto para a Sociologia, criando, segundo Beisiegel,(2002:731) a Sociologia da Educação no Brasil.

Certamente contribuiu para o avanço dos propósitos de melhoria da qualidade da produção sociológica a aproximação, promovida por Anísio Teixeira, entre as Agências Internacionais de fomento à pesquisa e as universidades. Diante das dificuldades burocráticas e de ordem política que encontrou para conduzir o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (hoje Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) – INEP – Teixeira propõe, em conjunto com a UNESCO, a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE – para ser um espaço mais autônomo para a realização de pesquisas sobre a educação no Brasil, de modo a reunir as experiências dos pesquisadores das ciências sociais.

No primeiro trabalho que apresenta para o CRPE/SP, *Rendimentos e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro*, Luiz Pereira diz que pretende analisar a situação do ensino primário brasileiro tomando-o como um problema eminentemente social e indica que irá considerar a escola como um “grupo social diferenciado internamente em subgrupos, sendo nuclear o subgrupo de ensino, no qual participam diretamente professores e alunos” investidos de papéis distintos na difusão e recepção de certa parte da herança sócio-cultural da humanidade.

Luiz Pereira (1959, p.1) define como herança cultural própria da atividade de ensino a “(...) transmissão de certas técnicas elementares da leitura, da escrita e do cálculo e por elementos da chamada cultura geral: ciências físicas, higiene, história, preceitos e valores morais e cívicos, artes etc (...)” Do ponto de vista de Luiz Pereira essa era uma função explícita e esperada da atividade de ensino. Além disso, constituíam-se, segundo o autor, em conhecimentos valorizados em ambientes citadinos e condizentes com um estilo urbano de vida. Nesse sentido, Luiz Pereira creditou à atividade de ensino da escola primária uma função por ele considerada implícita, qual seja a responsabilidade de ser a porta voz de um “estilo urbano de vida social, cultural e econômico”. (ibidem).

Pereira acreditava que a escola desempenha tanto nas comunidades rurais e semi-rurais quanto nas regiões periféricas das grandes cidades, onde o enorme contingente de migrantes instalados preservava traços de uma estrutura social rural, uma “função urbanizadora”, isto é, integradora dos brasileiros em uma comunidade nacional com base numa cultura urbana, “(...) agência de desintegração de um estilo não urbano de vida” (ibidem). Segundo Freitas:

A argumentação de Luiz Pereira conclui um ciclo de observações, por meio das quais o problema da falta de homogeneidade na sociedade brasileira compareceu como figura-chave nas análises que pediam a transferência do debate educacional para os domínios da planificação racional. (Freitas, 2001:48).

Não era, portanto, conhecendo o rústico, o sertanejo que o Brasil encontraria sua tradução, mas superando-o, pois, nas palavras de Luiz Pereira, “(...) a linha evolutiva da sociedade brasileira global apresenta-se como uma tendência irreversível para a urbanização” (1959 p.2).

Luiz Pereira destaca, no texto em questão, que essa função urbanizadora do ensino primário deve ser avaliada tanto quantitativa quanto qualitativamente. Tanto um critério quanto outro tem elementos imbricados que revelam as faces do processo de mudança da mentalidade de toda a população brasileira.

Cuidadoso na exposição de seus argumentos, Luiz Pereira afirma que o sucesso da atividade de ensino deve ser medido por meio dos dados estatísticos fornecidos pela própria escola ou órgãos oficiais. Nesse sentido, dados sobre “(...) número de matrículas, duração do curso e do período letivo diário, repetências e evasões escolares e conclusões do curso etc”.(ibidem).

Segundo Pereira, quanto maior for a correspondência entre matrícula inicial e concluintes do curso maior foi a “(...) ação urbanizadora do corpo docente sobre o corpo discente”. Para o autor, essas são variáveis presentes em todas as escolas e subgrupos de ensino. Entretanto, existem outras variáveis que concorrem diretamente para que a função urbanizadora do ensino primário se realize. Destaca, nesse sentido, os padrões reguladores da atividade de ensino (método, distribuição cronológica da matéria etc) homogeneizadas por meio da formação profissional recebida nas escolas de formação de professores. Somem-se a isso as características psicossociais do corpo

docente; com as características próprias dos discentes e da comunidade servida pela escola e a regulação, cada vez mais expressiva do Estado

2 - A Escola como objeto de pesquisa: a metrópole e a crise e racionalização de uma “empresa pública de serviços”

Em meados da década de 1950 o cenário político da América Latina favoreceu o envolvimento da intelectualidade, principalmente a que se abrigava nas universidades, com a elaboração de projetos de modernização para setores sociais considerados “arcaicos”, de modo a apostar num planejamento que pudesse levar tais realidades a uma situação de destaque no âmbito do capitalismo internacional. Parecia, à época, que a crítica intelectual fundada na utilização de conceitos como racionalização e planejamento era estrategicamente útil àquela conjuntura.

Particularmente no Brasil havia forte intenção de conhecer e de compreender os motivos da permanência do atraso social, cultural e econômico do País. O que tornava fundamental, segundo Freitas, (2001:54), que “a educação e as ciências sociais colaborassem no sentido de gerar uma nova etapa histórica (...)”, o que tornava cabível a defesa, levada a cabo por Florestan Fernandes, de se constituir uma sociologia para a transformação por meio da qual os cientistas sociais empreendessem esforços acadêmicos no sentido de viabilizar soluções para os problemas brasileiros, dentre eles o da educação escolar.

Disso decorreu a proposta, formulada por Fernandes, (1971:158), de que cada ciência oferecesse um “(...) conjunto de conhecimentos científicos para alterar determinados sistemas de relações”, ou seja, um conjunto de conhecimentos que “provocasse” uma mudança cultural. Para Fernandes, a educação é um fator de mudança e, portanto, referência indispensável para a apreciação do tipo de colaboração a ser prestada pelos cientistas sociais.

E é esse o primeiro aspecto relevante apontado por Fernandes ao se referir à pesquisa realizada por Luiz Pereira da qual originou o texto *A Escola numa área Metropolitana* (1967).

Para Fernandes, esse trabalho delimita bem um campo de estudos e o ataca em profundidade, “para se adquirir uma autêntica visão científica da realidade”. E acrescenta:

Luiz Pereira conseguiu, com os recursos limitados do investigador isolado, selecionar aspectos relevantes de nossa situação educacional, submetê-los a técnicas rigorosas de observação e de análise, e explicá-los à luz da teoria sociológica. Com isso, ofereceu-nos uma contribuição que faz da sociologia educacional uma disciplina empírica e que nos permite confiar com outro espírito na colaboração que os sociólogos podem dar seja ao conhecimento positivo da situação educacional brasileira seja aos planos de reconstrução educacional que venham a ser postos em prática pelos poderes públicos. Acresce que sua contribuição toma como unidade de investigação uma comunidade operária de áreas altamente industrializadas do País Podemos, por isso, contar com um sistema de referência empírica e prática muito produtivo. (...) Ele traz uma contribuição que merece ser levada em conta, do ponto de vista científico ou do ângulo prático e inaugura uma orientação que precisa ser estimulada entre nossos cientistas sociais, que se devotem à investigação dos fenômenos educacionais. (in: Pereira, 1967:16-7).

A pesquisa que Luiz Pereira realizou sobre a escola caracteriza-se como um estudo de caso que explorou exaustivamente o funcionamento de uma escola e as relações sociais que nasceram da sociabilidade entre os membros dessa escola.

O tema nuclear dessa investigação é a racionalização do sistema escolar brasileiro a partir de uma ação planejada capaz de suprimir práticas tradicionais ou conservadoras em espaços modernos e regulamentados burocraticamente.

Para Luiz Pereira, a escola era uma empresa pública de serviços, portanto, um espaço originalmente moderno e burocrático. E é por meio desse vetor que o leitor é encaminhado aos demais temas e problemas que se integram no conjunto da pesquisa, como por exemplo, comunidade, mobilidade social, expectativa econômica, social, cultural e de escolarização da classe operária observada, relações de gênero, qualificação profissional, urbanização e condição de vida na metrópole, público e privado no espaço público entre outros.

Ao escrever sobre a área servida pela escola – *zona residencial operária* -, Luiz Pereira nos oferece um largo olhar antropológico sobre os aspectos estruturais e funcionais da área servida pela escola. Luiz Pereira inicia esse trabalho afirmando que a área servida pela escola não pode ser considerada como uma comunidade, *stricto sensu*, por não ter uma vida comunitária própria, ou seja, os habitantes dessa localidade

buscam em outros lugares “instituições e associações capazes de satisfazerem seus interesses fundamentais e comuns. (...) Não há uma estrutura comunitária na localidade de residência”. (pp.21-2).

Com seus critérios particulares, todavia, Luiz Pereira optou por considerar a área escolar como comunidade dada a “(...) homogeneidade sócio-cultural desta área de residências”.(p.22). Em nota, observa que não concorda em simplificar o conceito de comunidade por isso, lhe deu um tratamento mais ampliado encontrando na convergência dos objetivos de vida daquela população o ponto para designá-la como comunidade.

O autor apresenta em detalhes, inclusive geográficos, o modo como uma área periférica é povoada exclusivamente por trabalhadores da indústria, quase todos migrantes das regiões norte e nordeste do País e, em menor número, migrantes do interior do Estado de São Paulo, estes descendentes de europeus. Em sua maioria provinham de meios rurais ou semi-rurais e tinham como objetivo melhorar de vida.

Essa declaração dos moradores da área escolar levou Luiz Pereira a explorar cada detalhe da vida desse conjunto de trabalhadores operários, isto é, buscou informações sobre a situação material e cultural em que se encontravam quando chegaram àquela localidade, a situação da época da realização da pesquisa e as expectativas que nutriam para o futuro.

Esses dados revelaram a Luiz Pereira que havia nessa população o desejo de ascensão social identificado com a aquisição de um estilo urbano de vida, embora mantivessem muitos resquícios e práticas do estilo de vida rural, reforçando sua tese de que a superação do atraso estaria vinculada à mudança de mentalidade da população brasileira, chegando a afirmar que a efetiva “(...) participação num sistema de classes sociais estimula as aspirações de melhores condições de vida” (p.30).

É importante destacar que no período em que Luiz Pereira realizou a pesquisa que deu origem *A Escola numa Área Metropolitana* os interpretes da sociedade/realidade brasileira se ocupavam insistentemente com análises sobre a passagem do Brasil atrasado para o Brasil desenvolvido. Isso significava, para muitos deles, promover a desagregação de uma sociedade arcaica, de “estrutura feudal” e,

portanto ligada ao campo. Essa desagregação deveria articular a integração de todos a uma sociedade moderna e desenvolvida baseada na civilização urbano-industrial.

Passados mais de 50 anos a polaridade entre atrasado e moderno, questões que motivaram tanto Luiz Pereira quanto o grupo com o qual partilhava seus ideais, persiste sob novas roupagens. No atual estágio do desenvolvimento das forças produtivas é intrigante trazer como questão mobilizadora, especialmente no campo educacional, a questão da polaridade arcaico/tradicional e moderno/desenvolvido. Entretanto, a literatura especializada, tanto na área educacional quanto na área da economia insistem em apontar a existência de dois Brasis, ainda no Século XXI.

Em geral, essas afirmações baseiam-se ora na ausência ou na precariedade tecnológica de certas regiões, o que implica na precariedade nas condições gerais da população, apontando que o projeto de integração nacional ainda não se realizou; ora porque a razão moderna e universal – modo de vida, comportamentos e hábitos considerados civilizados – não alcançou todos os homens ao mesmo tempo. Isto é, o controle esperado e desejado naquele projeto de modernização não ocorreu na sua totalidade.

Assim, penso que a questão posta sobre a situação/condição do Brasil, frente o projeto de modernidade, que o inclui ora como moderno ora como atrasado estrutura também os parâmetros para o tipo de educação e escolarização para o “povo brasileiro” ainda hoje.

Referências

BEISIEGEL, Celso Rui. Luiz Pereira. In: FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque & BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: EDUFERJ – MEC/ INEP, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. Obras Escolhidas II.

BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência Social – Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

_____. *A Produção da Crença – contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 2ª ed. São Paulo: Zouk, 2004.

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª ed. São Paulo, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar. *Álvaro Vieira Pinto – A Personagem Histórica e Sua Trama*. São Paulo: Cortez, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Os Intelectuais; O Princípio Educativo; Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000. Vol 2.

KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos Cinquenta*. In: Freitas, Marcos C (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 4ªed. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2001.

Pereira, Luiz. *Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro*. CRPE/SP, Deps, PS, Caixa 1, doc. 1-21, fl. 522, p.1, 1959.

_____. *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*. Tese Livre Docência. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965. 438 p.

_____. *A Escola Numa Área Metropolitana: Crise e Racionalização de uma Empresa Pública de Serviços*. São Paulo: Pioneira, 1967.

_____. *O Magistério Primária Numa Sociedade de Classes – Estudo de uma ocupação em São Paulo*. São Paulo: Pioneira, 1969.